

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.032 - RS (2019/0300444-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
RECORRENTE : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : ALEX SANDRO OLTRAMARI - RS060496
SABRINA HELENA KLEIN - RS075127A
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
RECORRIDO : ILSO DE OLIVEIRA RIBAS
ADVOGADOS : JOSÉ LUIS FUCKS BATISTA - RS066972
NEUSA DOLORES LEMKE BATISTA - RS057816

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. INDENIZAÇÃO. SALÁRIO MÍNIMO. DATA DO SINISTRO, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

1. A indenização decorrente do seguro obrigatório - DPVAT - deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, observada a atualização monetária até o dia do pagamento.
2. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO BRADESCO S/A, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO ANTES DO ADVENTO DAS LEIS NºS 11.482/07 E 11.945/09. INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS.

- 1) Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei 6.194/74 (DPVAT), 11.945/2009, julgada parcialmente procedente na origem.
- 2) O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização de seguro DPVAT, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez. Matéria pacificada no STI através do Recurso Especial representativo da controvérsia n. 1388030/MG e Súmula 573.
- 3) É firme a orientação da jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de

justiça no sentido de ser necessária a comprovação da invalidez permanente, total ou parcial, para fins de pagamento da indenização securitária do DPVAT.

4) No caso telado, de acordo com exame pericial realizado nos autos, vislumbra-se que a parte autora resultou em perda completa da função do quadril esquerdo, havendo sequelas funcionais de caráter permanente e pelo nexo de causalidade entre o acidente de trânsito que vitimou a parte.

5) Assim, tratando-se de invalidez permanente parcial incompleta, conforme tabela instituída pela Lei 11.945/2009 - cujos efeitos retroagem, conforme acima já explanado - a lesão sofrida pela parte autora corresponde a 25% do valor máximo da cobertura devida que, à época do acidente, era de até 40 salários mínimos.

Assim, considerando que em maio de 2011 o salário mínimo era de R\$545, 00, a requerente faz jus ao montante de R\$5.450,00(R\$ 545,00 X 40= R\$ 21.800,00 X 25% =R\$5.450,00).

6) Entretanto, a fim de evitar reformatio in pejus, mantenho na íntegra a r. sentença de origem que fixou a indenização securitária no montante correspondente a R\$3.375,00 (...).

APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA

Opostos embargos de declaração, seu julgamento foi assim sintetizado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ERRO MATERIAL NO JULGADO QUANTO AO INÍCIO DO MARCO DA CORREÇÃO MONETÁRIA. 40 S.M. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE A ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

1) Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão que negou provimento ao recurso interposto pela parte ré., no entanto manteve a r. sentença de origem que determinou a condenação da indenização a título de seguro DPVAT com base no salário mínimo vigente na época do ajuizamento da ação - no ano de 2011, todavia com início da correção monetária desde 1987- data do sinistro.

2) Com efeito, assiste razão à parte embargante no que se refere à alegação de erro material, pelo acolho os embargos de declaração para corrigir erro material constante no acórdão, referentemente ao termo inicial da correção monetária, considerado que está correta a fixação do salário mínimo vigente a data do ajuizamento da ação (2011) para fins de cálculo da indenização securitária.

3) De fato, assiste razão à embargante no que se refere ao termo inicial da correção monetária. No caso concreto, foi considerado o limite de 40 salários mínimos vigentes à época do ajuizamento da ação para a fixação da indenização securitária, sendo assim, a correção desta deve incidir também da data do ajuizamento da ação, sob pena de sua dupla correção se fixado termo inicial anterior.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 5º, § 1º, da Lei 6.194/74.

Sustenta que a indenização decorrente do seguro obrigatório deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 548.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 550-555).

É o relatório.

DECIDO.

2. Com razão a parte recorrente.

Com efeito, esta Corte já pacificou o entendimento de que a indenização decorrente do seguro obrigatório - DPVAT - deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, observada a atualização monetária até o dia do pagamento.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO. SALÁRIO MÍNIMO DA DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "A jurisprudência desta Corte pacificou o entendimento de que a indenização decorrente do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, observada a atualização monetária até o dia do pagamento" (AgRg no AREsp 392.771/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 28/8/2014).

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no AREsp 626.128/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 02/09/2015)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INDENIZAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA DATA DO EVENTO DANOSO. DECISÃO MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- Os embargos interpostos pela Embargante tem nítido propósito infringente, assim, admite-se esse recurso como Agravo Regimental, em

Superior Tribunal de Justiça

nome dos princípios da economia processual e da fungibilidade, e com amparo na jurisprudência assente desta Corte.

2.- O valor da indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurado com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento, até o limite de 40 salários mínimos. Precedentes.

3.- Agravo Regimental improvido.

(EDcl no REsp n. 1.276.157/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 5/11/2012).

3. Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o que o pagamento da indenização observe salário mínimo vigente na data do evento danoso, observada a atualização monetária até o dia do pagamento.

Mantidos os ônus sucumbenciais fixados na origem.

Intime-se. Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator